



Anais da Assembléia

Nº 147

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 08 DE DEZEMBRO DE 1994

ANO XX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - PTB

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASÍLIO ZANUSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PSDB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado NELSON GARCIA
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado HEINZ GEORG HERWIG
PT	Deputado OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kiesel Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - José Afonso Júnior - José Durval Mattos do Amaral - José Tavares da Silva Neto - Luiz Carlos Cafto Quintana; **Suplentes:** Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** - 11: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli - Dúlio Genari; **PFL** - 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Ruppe Filho; **PDT** - 07: Aigaci Ormário Túlio - Emília de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Alcides Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Luiz Rossoni; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mário Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PSDB** - 03: Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig - Cezar Augusto Carollo Silvestri; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PTB** - 12: Erondy Silvério - Anibal Khury - Ademar Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Hermas Eurides Brandão - Luiz Antonio Setti - Nilton César Servo; **Suplente:** Geraldo Atsumi Yamada; **PT** - 03: Ovídio José Constantino - Emari Pudell - Florivaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pêrides de H. Melo; **PL** - 01: José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha.

Atos de Presidência:

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

RESOLUÇÃO Nº 041/94

SÚMULA: Altera o art. 1º, quanto ao nome do município, da Resolução nº 006/92, de 26 de março de 1992, que autoriza realização de plebiscito para criação do município que passa a denominar-se "Jacutinga do Ivaí" desmembrado do Município de Ivaiporã.

Art. 1º - Altera o Artigo 1º, quanto ao nome do Município da Resolução nº 006/92, de 26 de março de 1992, que autoriza a realização de plebiscito para criação do município que passa a denominar-se Jacutinga do Ivaí, desmembrado do Município de Ivaiporã.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RESOLUÇÃO Nº 042/94

SÚMULA: Autoriza a realização do plebiscito no Distrito de Porto Novo, a ser desmembrado do município de Adrianópolis, com limites e confrontações conforme especifica.

Art. 1º - Fica autorizado a realização do plebiscito para a criação do município de Porto Novo, desmembrado do município de Adrianópolis.

Art. 2º - O novo município terá os seguintes limites e confrontações:

a) Com o Estado de São Paulo:

Inicia na foz do rio Caraça Grande no rio Ribeira, desce por este até a foz do rio Pardo, sobe por este até a foz do rio Uberaba.

b) Com o município de Bocaiúva do Sul: Inicia no rio Pardo na foz do rio Uberaba, sobe por este até a foz do rio São Miguel.

c) Com o município de Tunas no Paraná: Inicia no rio Uberaba na foz do rio São Miguel, sobe por este até a foz do ribeirão Feio, sobe por este até a sua cabeceira de onde por uma linha reta na direção geral Oeste alcança o rio Forquilha, desce por este até a foz do rio dos Veados

ou Pinhal, de onde, por uma linha reta na direção geral Sudoeste, alcança o rio São Sebastião na foz do rio das Pedras, sobe por este até a sua cabeceira, de onde por uma linha reta alcança a estrada Varginha-Tunas.

d) Com o município de Adrianópolis:

Inicia no encontro da linha que vem da cabeceira do rio das Pedras na estrada Varginha-Tunas, segue por esta na direção geral Nordeste até encontrar a estrada Barra Linda-Tunas, segue por esta na direção geral Nordeste e sucessivamente pela mesma estrada na direção geral Sudeste até encontrar o córrego Limoeiro, desce por este até sua foz no rio São Sebastião, desce por este até a foz do córrego dos Mendes, sobe por este até sua cabeceira, de onde por uma linha reta na direção Sudoeste alcança a cabeceira do rio Caraça, desce por este até sua foz no rio Caraça Grande, desce por este até sua foz no rio Ribeira.

Art. 3º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Resolução nº 20, de 14 de dezembro de 1993, demais disposições em contrário.

RESOLUÇÃO Nº 043/94

SÚMULA: Autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do Município de Carambei.

Art. 1º - Fica autorizado a realização de plebiscito na área adiante descrita, para que a população se pronuncie sobre a criação do Município de Carambei.

"Começa na foz do arroio do Areião, no rio Pitangui, sobe por este até alcançar a sua foz no Rio Tibagi, sobe por este até o Lageado da Cotia, pela qual sobe até sua cabeceira, donde segue rumo sudeste pelo divisor das águas do Rio Pitangui e Iapó até atingir a Estação Tronco, de onde alcança a cabeceira de um afluente que nasce próximo a referida estação, daí desce o referido afluente até sua foz no rio Jotuba e por este até sua cabeceira de onde por uma linha seca alcança a nascente do arroio do Areião e por este abaixo até sua foz no Rio Pitangui, ponto de partida.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 05.12.94.

(a) ORLANDO PESSUTI - Presidente

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA
ATA DA 113.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 08 DE DEZEMBRO DE 1994

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Luiz Carlos Alborghetti.

As nove horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Caio Quintana, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Durval Amaral, Duílio Genari, Élio Rusch, Ernani Pudell, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Afonso Júnior, José Arthur Ritti, José Tavares, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Nelson Garcia, Nilton Barbosa, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (41). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Cezar Silvestri, Algaci Túlio, Costenaro Neto, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Edson Silva Lino, Emilia Belinati, Erondy Silvério, Luiz Antonio Setti, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nilton Servo e Renato Adur (13).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofício:

OFÍCIO Nº 1141

Curitiba, 07.12.94

Senhor Presidente.

Nos termos do artigo 127, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 65 e 114, § 2º, da Constituição Es-

ta dual, tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa Assembléia Legislativa o incluso anteprojeto de lei, que em substituição ao encaminhado com o Ofício nº 1.112, aí protocolado sob nº 12.039, visa ajustar os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal da Procuradoria-Geral de Justiça. Órgão da Administração Superior do Ministério Público, a partir de 1º de dezembro de 1994.

O substitutivo decorre de alterações de percentuais referentes ao ajuste de tabelas de vencimentos do Quadro Geral do Poder Executivo, conforme Mensagem nº 159/94.

Na expectativa de que a proposição merecerá dessa augusta Casa de Leis o necessário apoio e conseqüente aprovação, renovo a Vossa Excelência meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

(a) OLYMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO
Procurador-Geral de Justiça

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal da Procuradoria-Geral de Justiça ficam ajustados, a partir de 1º de dezembro de 1994, na forma das Tabelas que constituem o Anexo I desta lei.

Art. 2º - Os valores das Gratificações de Representação de Gabinete ficam fixados na forma do Anexo II desta lei.

Art. 3º - O valor do Salário-Família, por dependente legal, fica fixado em R\$ 1,03 (um real e três centavos).

Art. 4º - O valor da Gratificação de Produtividade fica fixado em R\$ 7,41 (sete reais e quarenta e um centavos).

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução desta lei, correrão à conta da dotação orçamentária da Administração dos Serviços do Ministério Público.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de dezembro de 1994, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO I

MINISTERIO PUBLICO DO PARANA PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA TABELA 1 VIGENCIA: DEZEMBRO DE 1994 TABELA DE VENCIMENTOS											
IV/REF.	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L
....1....	922,44	959,34	997,71	1.037,62	1.079,13	1.122,29	1.167,18	1.213,87	1.262,43	1.312,92	1.365,44
....2....	781,88	813,16	845,68	879,51	914,69	951,28	989,33	1.028,90	1.070,06	1.112,86	1.157,37
....3....	662,74	689,25	716,82	745,49	775,31	806,32	838,58	872,12	907,01	943,29	981,02
....4....	561,75	584,22	607,59	631,89	657,17	683,45	710,79	739,22	768,79	799,55	831,53
....5....	333,03	346,35	360,21	374,61	389,60	405,18	421,39	438,24	455,77	474,01	492,97
....6....	293,40	305,14	317,34	330,04	343,24	356,97	371,24	386,09	401,54	417,60	434,30
....7....	258,49	268,83	279,58	290,77	302,40	314,49	327,07	340,16	353,76	367,91	382,63
....8....	227,73	236,84	246,31	256,17	266,41	277,07	288,15	299,68	311,66	324,13	337,10
....9....	296,48	308,34	320,67	333,50	346,84	360,71	375,14	390,15	405,75	421,98	438,86
....10....	237,51	247,01	256,89	267,17	277,85	288,97	300,53	312,55	325,05	338,05	351,57
....11....	190,27	197,88	205,80	214,03	222,59	231,49	240,75	250,38	260,40	270,81	281,65
....12....	152,42	158,52	164,86	171,45	178,31	185,44	192,86	200,57	208,60	216,94	225,62
....13....	218,30	227,03	236,11	245,56	255,38	265,60	276,22	287,27	298,76	310,71	323,14
....14....	177,14	184,23	191,59	199,26	207,23	215,52	224,14	233,10	242,43	252,13	262,21
....15....	143,73	149,48	155,46	161,68	168,14	174,87	181,86	189,14	196,70	204,57	212,76
....16....	116,63	121,30	126,15	131,19	136,44	141,90	147,57	153,40	159,62	166,00	172,64

ANEXO I

MINISTERIO PUBLICO DO PARANA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA

TABELA II

VIG.12/94

CARGOS EM COMISSAO DO MINISTERIO PUBLICO

A - CARGOS DE DIRECAO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR

SIMBOLO DAS-1.....	405,21
SIMBOLO DAS-3.....	333,31
SIMBOLO DAS-5.....	260,67

B - CARGOS EM COMISSAO

SIMBOLO 1-C.....	168,22
SIMBOLO 3-C.....	143,41
SIMBOLO 9-C.....	97,22

FUNCAO GRATIFICADA DO MINISTERIO PUBLICO

SIMBOLO 1-F.....	10,21
SIMBOLO 2-F.....	8,67
SIMBOLO 3-F.....	7,65
SIMBOLO 4-F.....	6,12
SIMBOLO 5-F.....	5,60

ANEXO II

GRATIFICACAO DE REPRESENTACAO DE GABINETE
VIGENCIA: DEZEMBRO DE 1994

SIMBOLO	DENOMINACAO	GRAT.REPRES.
DAS-1	DIRETOR-SECRETARIO	617,50
DAS-3	-	505,90
DAS-5	-	395,65
1-C	ASSIST.DEPARTAMENTO	259,55
2-C	ASSIST. TECNICO	233,73
1-C	-	98,63
3-C	-	84,08
9-C	-	52,52

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2712

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a retirada por 01 sessão, do Projeto de Lei nº 326/93.

Sala das Sessões, em 07.12.94.

(a) OVÍDIO CONSTANTINO

REQUERIMENTO Nº 2713

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 08.12.94.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2715

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no Artigo nº 107, e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, a realização de sessões extraordinárias, com quebra de interstício e a transformação do Plenário em Comissão Geral para apreciação de projetos de iniciativa parlamentar, mensagens governamentais e emendas que porventura forem apresentadas durante o período de destaque nos dias 13, 14 e 15, inclusive para o período de Sessões Extraordinárias.

Sala das Sessões, em 08.12.94.

(a) JOSÉ TAVARES

Apoio: Renato Adur.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está encerrada a hora do expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 1141, de autoria do Sr. Procurador Geral de Justiça, constante do expediente, encaminhando a esta Casa anteprojeto de lei que visa ajustar os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral da Justiça. - À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso

distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 331/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 110/94. Dispõe sobre o Orçamento Geral do Estado para o Exercício de 1995. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, APRESENTANDO APRECIAR NESTE TURNO SUBSTITUTIVO GERAL APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO. Aprovado. O Projeto irá à Redação Final.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 050/94, de autoria do Deputado José Artur Ritti, que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio, através da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, e a Prefeitura Municipal de Santo Antonio da Platina-PR., objetivando a implantação de extensão dos campus da UEPG no referido município, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

**SUBEMENDA SUBSTITUTIVA À EMENDA
DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 050/94**

Substitua-se o Art. 3º da Proposição em tela, pelo seguinte:

"Art. 3º - O Poder Executivo no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da celebração do Convênio previsto nesta lei, encaminhará à Assembléia Legislativa, mensagem, dispondo sobre abertura de crédito suplementar."

Sala das Comissões, em 25.05.94.

(aa) ERNANI PUDELL

OVÍDIO CONSTANTINO

DOUTOR ROSINHA

Apoio: Emilia Belinati e Colombino Grassano.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 326/93, de autoria dos Deputados Dr. Rosinha, Ovídio Constantino e Ernani Pudell, que institui o seguro agrícola no Sistema Financeiro Estadual. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.A.I.C..

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ovídio Constantino, constante do expediente, solicitando a retirada por 01 (uma) sessão, constante da presente Ordem do Dia. Aprovado. Fica portanto, retirado por 01 (uma) sessão, o Projeto de Lei nº 326/93.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 755/93, de autoria do Deputado Alceu Sva-

rowski, que autoriza o Poder Executivo a dispor sobre a elaboração das folhas de pagamento dos servidores aposentados. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F..

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário em nº de 02 (duas), de autoria do Sr. Deputado Colombino Grassano, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

**EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01
PROJETO DE LEI Nº 755/94**

P A R E C E R:

Leia-se o art. 1º do projeto original da seguinte maneira:

"Art. 1º - O Poder Executivo fica autorizado a adotar nas folhas de pagamento dos seus servidores inativos, os mesmos códigos de vencimentos, vantagens e descontos dos servidores em atividade."

Sala das Sessões, em 08.12.94.

(a) COLOMBINO GRASSANO

Apoio: Ernani Pudell, Ademar Traiano, Plauto Miró Guimarães e Mário Bezerra.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02

Acrescente-se a seguir o vocabulário "pagadores", do art. 3º, o seguinte:

"da administração"

passando tal artigo a ter a seguinte redação:

"Art. 3º - Os órgãos pagadores da administração, dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação desta lei, tomarão as providências necessárias para proceder às adaptações cabíveis."

Sala das Sessões, em 08.12.94.

(a) COLOMBINO GRASSANO

Apoio: Ernani Pudell, Ademar Traiano, Plauto Miró Guimarães e Mário Bezerra.

Será encaminhado novamente à CCJ.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 052/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza a realização de plebiscito para que a população decida sobre a criação do Município de Encantado do Oeste, a ser desmembrado do Município de Assis Chateaubriand. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 329/94, de autoria do Deputado Antonio Annibelli, que altera o art. 2º, da Lei nº 9886, de 26 de dezembro de 1991, que trata do imposto sobre a propriedade de veículos automotores - IPVA. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Aprovado.

**PROJETO DE LEI Nº 329/94
A Assembléia Legislativa do**

Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O artigo 2º da Lei nº 9886 de 26 de dezembro de 1991 passa a ter a seguinte redação:

"Art... Ficam revogados: o § 6º do artigo 3º; O § 3º do artigo 6º; O inciso VII do artigo 14; o § 3º do artigo 16 e o artigo 19, todos da Lei nº 8.925 de 28 de dezembro de 1988, e demais disposições em contrário."

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 1994.

Sala das Sessões, em 31.08.94.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 9886 de 26 de dezembro de 1991 bem como as anteriores, estabelecem o tratamento tributário pertinente ao imposto sobre a propriedade de veículos automotores (I.P.V.A.) e mantido no âmbito de competência do Estado pelo artigo 155, inciso I, alínea "C" da Constituição Federal do Brasil "Seção IV (Dos Impostos dos Estados e do Distrito Federal" - Art. 155 - Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir: I - Imposto sobre: c) Propriedade de veículos automotores.

A apresentação deste Projeto de Lei é a forma para revigorar a isenção do imposto sobre a propriedade de veículos automotores (I.P.V.A.) aos veículos nacionais e estrangeiros, respectivamente, com mais de 15 e mais de 25 anos de fabricação. A proposição tem a mais alta procedência técnica e social. Com efeito ela objetiva dar isenção aos mencionados veículos.

Assim sendo, apresentamos o presente Projeto de Lei à apreciação dos nobres pares, esperando seja acolhido e aprovado por esta Casa.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 329/94**

P A R E C E R:

A proposição em epígrafe, de autoria do Deputado Antônio Annibelli, visa isentar os veículos nacionais e estrangeiros, respectivamente, com mais de quinze e mais vinte e cinco anos de fabricação.

O plano de lei em exame atende aos requisitos legais, regimentais, bem como constitucionais, conforme dispostos no inciso III do art. 53 da Carta Magna estadual e art. 24 da federal, que dispõe sobre competência concorrente dos Estados para legislar sobre direito tributário.

Logo, emitimos parecer favorável ao projeto em questão.

Sala das Comissões, em 25.10.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ERNANI PUDELL - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 329/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Antônio Annibelli, visa isentar os veículos nacionais e estrangeiros, respectivamente, com mais de 15 e mais de 25 anos de fabricação.

A Comissão de Constituição e Justiça analisando a matéria posicionou-se favoravelmente.

No que compete à Comissão de Finanças, nada encontramos que possa obstar, regimentalmente, a tramitação do presente projeto nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.11.94.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 371/94

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo, o Projeto de Lei nº 371/94 tem por finalidade instituir, no Estado do Paraná, a fiscalização da qualidade dos produtos vegetais, dos subprodutos e resíduos de valor econômico. Produtos que se destinam à comercialização interna, interestadual e à exportação.

Após analisar o projeto em tela constatamos que o mesmo está em conformidade com os requisitos legais e nada tendo a opor opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.11.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

PAULO MAIA - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PROJETO DE LEI Nº 371/94

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental nº 143/94, o presente plano de lei visa instituir, no Estado do Paraná, a fiscalização da qualidade dos produtos vegetais, dos subprodutos e resíduos de valor econômico, destinados à comercialização interna, interestadual e à exportação.

Passando a matéria pela Comissão de Constituição e Justiça para análise da constitucionalidade e legalidade da mesma, essa posicionou-se favoravelmente à sua aprovação.

Quanto ao mérito da matéria, no tocante à competência desta comissão em opinar, vemos que a matéria "ad legis" virá assegurar a melhor qualidade dos produtos de origem vegetal postos no mercado para consumo humano. Isto é, institucionaliza a fiscalização da qualidade e embalagem do produto em todas as relações de comércio, armazenagem e transporte, abrangendo desde a classificação oficial, a adequação da embalagem à correção dos rótulos e marcações, até a conveniência dos meios de armazenagem e transporte.

Assim, pelas razões acima expostas, nos posicionamos pelo parecer favorável à aprovação da presente proposição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.12.94.

(aa) SEVERINO FÉLIX - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

ITEM 07

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 362/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 123/94, que transformam em 15 (quinze) cargos de médico, padrão/classe V01, em 15 (quinze) cargos de médico, padrão/classe P01, no Quadro de Pessoal do Instituto de Saúde do Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 126/94, de 26.10.94. - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 362/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo transformar cargos de médico no Quadro de Pessoal do Instituto de Saúde do Estado do Paraná - ISEP.

Ao analisar a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão não encontrou nada que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.12.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO

Presidente e Relator

ITEM 08

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 371/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 143/94. Objetiva instituir, no Estado do Paraná, a fiscalização da qualidade dos produtos vegetais, dos subprodutos e resíduos de valor econômico, destinados à comercialização interna, interestadual e à exportação. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.A.I.C.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 129/94, de 26.10.94. - Mens.)

ITEM 09

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 395/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 147/94, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piraquara, uma área de propriedade do Estado do Paraná, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no

D.A. n° 139/94, de 28.11.94.- Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 395/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Piraquara, uma área de propriedade do Estado.

Ao analisar a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão não encontrou nada que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.12.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
COSTENARO NETO - Relator

ITEM 10

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 396/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 148/94, que objetiva autorizar o Poder Executivo a ceder ao Município de Pinhão o imóvel sito à Travessa Pastor João Batista Rocha, s/n°, esquina com a Rua 7 de Setembro, com área de 801,00m², contendo uma edificação em alvenaria com 126,11m², parte de área maior com 1.711,00m² de propriedade do Estado. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 139, de 28.11.94. - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 396/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a ceder ao Município de Pinhão, imóvel que especifica naquele município.

Ao analisar a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta comissão não encontrou nada que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.12.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NILTON BARBOSA - Relator

ITEM 11

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 410/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 150/94, que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Prudentópolis, o imóvel conforme especifica. Com PARECER da C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 140, de 29.11.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 410/94

P A R E C E R:

Oriundo de Mensagem Governamental n° 150/94, o Projeto de Lei n° 410/94, em exame, objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao município de Prudentópolis, o imóvel conforme especifica.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental, a matéria encontra-se justificada nas razões que acompanham a Mensagem Governamental, inexistindo portanto, qualquer impedimento à sua normal tramitação.

Nestas condições, somos de parecer favorável ao seu encaminhamento ao Plenário. É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.12.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
DALTON MACHUCA - Relator.

ITEM 12

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 419/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 157/94, que autoriza o Poder Executivo a subscrever aumento de Capital do Banco do Estado do Paraná S.A. - BANESTADO. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F. Aprovado. (Publ. no DA. n° 144, de 05.12.94 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 419/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental n° 157/94, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a subscrever aumento de capital do BANESTADO.

Chamada essa Comissão a se manifestar, nada encontramos que impeça sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.12.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ALCEU SWAROWSKI - Relator.COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 419/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem n° 157/94, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a subscrever aumento de capital do BANESTADO.

Sobre a matéria já existe o parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão nada encontrou que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa. Sendo assim, nosso Parecer Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.12.94.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente
LUIZ CARLOS ZUK - Relator

ITEM 13

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 420/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 158/94, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 2.747.599,00 ao orçamento da Secretaria do Meio Ambiente, aprovado pela Lei nº 10.699, de 29.12.93. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 144, de 05.12.94 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 420/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo aprovar abertura de crédito suplementar no Orçamento da Secretaria do Meio Ambiente.

Ao analisar a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão não encontrou nada que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.12.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ALCEU SWAROWSKI - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 420/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo aprovar abertura de crédito suplementar no orçamento da Secretaria de Meio Ambiente.

Já tendo recebido parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito desta Comissão de Finanças, não encontramos nada que possa obstar a sua tramitação, já que está conforme, tanto legal como constitucionalmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.12.94.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente
LUIZ CARLOS ZUK - Relator

O Sr. Presidente (Hermes Brandão) - Sobre a mesa, Requerimento de nº 2.713, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2.715, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, com apoio do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Em votação.**

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Para Encaminhar)
Senhor Presidente, nesses quatro anos

que estamos com assento no Plenário da Assembleia Legislativa, e talvez o Deputado Anibal Khury nos seus trinta anos de Assembleia Legislativa jamais deve ter visto e apreciado um requerimento desta natureza.

Dispensar por antecipação interstícios, requerer Comissão Geral para projetos ainda não colocados em pauta.

Realmente é dar um cheque em branco para que seja ele usado da melhor maneira possível.

Concordamos com dispensa de interstício como temos feito em sessões anteriores, em algumas vezes em caráter excepcional, particularmente tenho concordado com Comissão Geral para analisar projetos que necessitavam de uma tramitação mais urgente.

Mas nos causa espécie, Senhor Presidente, o requerimento do Senhor Deputado José Tavares dando uma amplitude fora dos limites regimentais, permitindo que interstícios fossem quebrados em um só requerimento, para Sessões futuras, o que realmente contraria totalmente o Regimento Interno.

E se não contraria o Regimento Interno ao mesmo contraria o bom senso que deve permanecer na Assembleia Legislativa do Paraná.

Estamos, Senhor Deputado José Tavares em final de Legislatura, hoje aprovamos todos os Projetos da Ordem do Dia, inclusive dois de interesse especial do Poder Executivo, cedendo ações da COPEL, para o aumento de Capital do BANESTADO.

Um outro, crédito suplementar para a Secretaria do Meio Ambiente. Enfim, temos colaborado de todas as maneiras para que, principalmente nesse fim de mandato os projetos e as mensagens que dizem respeito à suplementação de verbas sejam votados com rapidez.

Atendemos o apelo do Senhor Presidente Orlando Pessuti, no sentido de aprovarmos esses dois Projetos, essas duas Mensagens, e o fizemos.

Pediria, Senhor Deputado José Tavares, em nome do bom senso, que o requerimento de Vossa Excelência, fosse retirado. Nós haveremos de votar e haveremos de, em cada oportunidade que surgir, até o dia 15, dispensar interstícios, fazer com que a Assembleia se transforme em Comissão Geral, o que nessa legislatura poucas vezes ocorreu, ao contrário do que sucedeu na Legislatura anterior, que prevaleça nesta Casa, e Vossa Excelência tem bom senso, e que prevaleça esse bom senso, então.

Para cada caso nos estamos dispostos a estudar e aprovar requerimento dessa natureza de Vossa Excelência.

O SR. JOSÉ TAVARES (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, nobres colegas, primeiramente quero informar à Casa que este requerimento não tem por trás nenhuma manobra que pudesse representar o descumprimento daquela reunião de líderes da qual eu participei juntamente com Vossa Excelência, e com todos os líderes. Não vamos fechar questão em relação ao requerimento, não o apresentamos no sentido de ignorar aquela decisão, Deputado Paulo Maia, daquela reunião que nós fizemos com todas as lideranças no gabinete da Presidência, a minha preocupação é baseada no Regimento da Casa que diz no Artigo 107, que a Sessão Plenária da Assembléia será transformada em Comissão Geral por proposta conjunta de líderes, ou por um terço dos membros, sob a direção do seu Presidente para 1.^a, 2.^a, 3.^a, 4.^a e Parágrafo 1º e Parágrafo 2º: "O requerimento propondo a constituição da Assembléia em Comissão Geral, só será submetido à discussão e votação decorridos 24 horas da sua apresentação e deverá conter desde logo, o objeto, o dia e hora da reunião".

Estou preocupado dentro daquele acordo que nós fizemos, evidentemente ressaltadas algumas matérias e eu coloquei isso na oportunidade, que o Senhor Governador Mário Pereira julgasse de interesse da administração do Estado que porventura tivéssemos interesse na sua votação, mas praticamente a maioria daqueles projetos por nós analisados, o acordo está de pé.

Então eu não posso, de sã consciência, sabendo que dia 15, quatro sessões, para votar algumas dezenas de projetos, pelo menos para votar a favor ou contra.

Então estou colocando este requerimento à reflexão da Casa, porque nós temos que obedecer o Regimento. Nós não podemos, em cima da matéria, apresentar o requerimento de Comissão Geral. O Regimento fala que tem que ter 24 horas de antecedência. Na realidade, nós só vamos ter mais 4 dias de Sessões.

Então gostaria que a Casa refletisse, mas não há nenhum descumprimento daquele entendimento que nós tivemos naquela reunião. Quer me parecer que o Presidente convoque uma outra reunião para segunda-feira, para passarmos em revista o desdobramento daquela reunião. V.Exa. coloca muito bem, hoje nós votamos já algumas matérias que são produto daquele entendimento...

O Sr. Colombino Grassano - Que não estavam nem em pauta para apreciação dos líderes. Devo acrescentar mais a V.Exa., que naquela reunião ficou estabelecido que nós, se fosse necessário, faríamos tantas sessões extraordinárias quantas fossem necessárias e que até mesmo, abríamos mão de interstícios. Ficou estabelecido naquela

reunião de líderes, de modo que eu não vejo porquê V.Exa. se preocupar com esse artigo do Regimento Interno, mesmo porque aqui nesta Casa quantas e quantas vezes, durante a própria sessão, se convocou a Comissão Geral, foi aprovada e em seguida, o Senhor Presidente ainda nesta gestão do Senhor Deputado Orlando Pessuti, convocou extraordinariamente a Assembléia Legislativa, dispensou o interstício e tudo correu normalmente. V.Exa. pode confiar no nosso consenso, porque nós acreditamos na inteligência de V.Exa.

O SR. JOSÉ TAVARES - Bom, pessoalmente, quero dizer à Casa que se o entendimento da Casa e do Plenário for esse, da minha parte, não há nenhuma objeção. Apenas estou procurando traduzir o que determina o Regimento, preocupado com os poucos dias que nos restam para analisar uma série de matérias de interesse do governo de iniciativa parlamentar, porque de repente um Deputado, no exercício legítimo do seu mandato, pode querer emendar um ou outro projeto e o que a gente queria evitar, dada a exigüidade de tempo que esse projeto voltasse à Comissão de Justiça. Então, são preocupações nesse sentido, mas que se o Plenário entender que não há razão para a minha preocupação, eu me submeto evidentemente, a esse entendimento.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, apenas para deixar claro o que nós pensamos a respeito desse requerimento de Comissão Geral. Nós fizemos uma reunião de Lideranças e da Comissão Executiva e estabelecemos uma pauta mínima de votação que temos procurado levar adiante. Ficou estabelecido naquela oportunidade que os projetos, de autoria dos Senhores Deputados, aqueles que os Senhores Deputados os colocassem em condições de vir a Plenário, esta Presidência os colocaria e o Plenário tomaria a decisão.

No decorrer desta semana, nós tomamos o cuidado inclusive, de quando anunciamos projeto de Senhores Deputados, que entendíamos polêmicos, de avisar as Lideranças com dois dias de antecedência, que aqueles projetos estariam na Ordem do Dia e ainda ontem, quando não havia tempo para nós tomarmos essa providência por escrito, avisamos em Plenário acerca dos projetos que estavam já entrando na Ordem do Dia, em especial o projeto do Deputado Arnur Ritti, que cria o Campus avançado da Universidade de Ponta Grossa e Santo Antônio da Platina.

A preocupação nossa é apenas o cumprimento do Regimento como disse o Deputado José Tavares.

Quando ele nos consultou a respeito da

apresentação deste requerimento nós o alertamos da necessidade de ser apresentado 24 horas antes para ser discutido e votado para poder valer esse requerimento de Comissão Geral de Plenário.

A intenção nossa com essa reunião da próxima segunda-feira é definirmos aquilo que iremos votar na segunda, na terça, na quarta e na quinta-feiras. É evidente que uma matéria vindo a plenário pode receber emendas, e aí teríamos que remetê-la às Comissões, dentro daquilo que estabelece o Regimento, e poderiam não retornar mais à votação em Plenário.

Por isso que estamos sugerindo a possibilidade de transformar-se o Plenário em Comissão Geral nesses dias 13, 14 e 15 e também, se necessário, a convocação de reuniões extraordinárias. Se isso não se verificar na reunião de líderes e Comissão Executiva que iremos fazer, evidentemente que não se instalará a Comissão Geral.

Apenas uma medida de precaução, de cumprimento do regimento, deixando as coisas já devidamente ordenadas, para que - se necessário, possamos utilizar esse dispositivo regimental. Não existe aí nenhuma intenção nossa, até porque, sabemos, nenhuma matéria que tiver um prévio entendimento de Liderança e da Comissão Executiva, matérias polêmicas, não lograrão êxito a sua discussão e votação em plenário. É o que nós estamos imaginando.

Inclusive me permita, Deputado Rossoni e Élio Rusch, no que diz respeito ao projeto do Deputado Élio Rusch que versa sobre a questão do ICMS. Temos recebido ambas as tendências nesta Casa: pressão no sentido de que se coloque para votação e de que não se coloque para votação. O nosso entendimento é que o Projeto vindo a Plenário será adotado, por este Plenário, medidas que não lograrão êxito. A não ser que façamos um prévio entendimento a nível de Liderança e de Comissão Executiva para que o projeto seja aprovado, assim como outros projetos que tramitam nesta Casa.

O SR. ANIBAL KHURY (Pela Ordem) -

O SR. PRESIDENTE - Pela Ordem com a palavra o Deputado Anibal Khury.

O SR. ANIBAL KHURY - Discordo, pela primeira vez, do meu Presidente, Deputado Orlando Pessuti, sobre a decisão da Comissão Geral. Presidi a Casa por quatro anos e fizemos muitas Comissões Gerais, mas sempre o projeto nominado. Agora nós temos aqui um requerimento de caráter genérico, inclusive o Presidente alegou que as emendas voltariam às Comissões, mas no Requerimento consta o seguinte: "Apreciação de projetos de iniciativa parlamentar, mensagens parlamentares e emendas que por-

ventura, forem apresentadas." Nós estamos divagando para o futuro! E, mais ainda, o Regimento Interno fala: "A Sessão Plenária da Assembléia será transformada em Comissão Geral por proposta conjunta de líderes ou por 1/3 dos membros da Assembléia." O requerimento traz a assinatura dos Deputados José Tavares e Renato Adur, ambos do mesmo Partido. Não há mais nenhuma Liderança que tenha assinado esse requerimento.

Confesso que sou a favor da Comissão Geral desde que os Projetos sejam nominados, e, por isso mesmo votaremos contra o requerimento do Deputado José Tavares.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Gostaria, Sr. Presidente, de ter uma justificativa mais convincente do Presidente desta Casa. Dizer aqui de que está sendo pressionado para não colocar o projeto nosso em votação, que está em Regime de Urgência e que tem o compromisso do Presidente desta Casa para que este Projeto entre em votação na segunda-feira, é muito pouco para este Deputado! Eu preciso saber de quem é a pressão. Porque é natural, como é um projeto polêmico, é um projeto que conflita interesses, é natural que tenha pessoas que querem votar e que não querem que seja votado.

Agora, Presidente Orlando Pessuti, não é possível que nós, como Deputados desta Casa, não tenhamos o direito de votar um Projeto que está aqui na pauta e que pode ser anunciado para a Ordem do Dia de segunda-feira. Dizer que tem pressões nós sabemos.

Já tivemos a votação desse projeto. E o que estranha mais na situação desse projeto, Srs. Parlamentares, é de que o Senhor Erondy Silvério, ilustre Deputado Erondy Silvério não deu parecer na CCJ por esquecimento, dizendo e avocando um artigo do Regimento Interno de que um projeto não pode ser reapresentado nesta Casa sem vinte oito assinaturas, esquecendo-se que este projeto não foi aprovado no ano de 1993. É tanta vontade, é tamanha a força escura, obscura que tem nesse projeto que de repente estão tentando novamente boicotar esse projeto e não colocar na Ordem do Dia de segunda-feira.

Quero que V. Exa., Sr. Presidente, respeite as posições dos Deputados que subscreveram esse projeto e que esse projeto obedeça o Regimento Interno desta Casa e que ele esteja na Ordem do Dia de segunda-feira e se, por uma eventualidade, perdermos a votação, vamos respeitar a vontade da maioria.

Agora, respeitar as pressões e esse projeto não vir aqui para que este Plenário delibere sobre esse as-

Curitiba, quinta, em 08.12.94

sunto, esta explicação, o senhor me desculpe, com todo o respeito que tenho por V.Exa., não aceito e não acato.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Está em votação o requerimento do Deputado José Tavares. Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento do Deputado José Tavares queiram levantar-se. (Pausa).

Os que rejeitam o requerimento do Deputado José Tavares queiram levantar-se. (Pausa).

Quinze Senhores Deputados recusam e nove aprovam. Não há número para deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Questão de Ordem) - Apenas para informar ao Deputado Rossoni, um dos primeiros que nos pressionam a respeito desse projeto é V.Exa. Deputado. V.Exa. exerce o direito democrático de nos pressionar para incluir na Ordem do Dia, a exemplo do Deputado Élio Rusch, a exemplo de mais de trinta prefeitos, como também o Prefeito Dobrandino e Deputados desta Casa que são contrários aos projetos nos pressionam para que não o coloquemos.

O Deputado Élio Rusch hoje desde que cheguei em Plenário - nós estávamos discutindo outro assunto, não fez outra coisa a não ser ficar correndo atrás do Pessuti, dizendo: tem que colocar, tem que colocar, tem que colocar. Certo?

Então, não admito de V.Exa., esse tipo de insinuação, porque outros projetos nos quais V.Exa. sabe que também têm regime de urgência, V.Exa. não está preocupado no cumprimento do Regimento, pedindo que ele seja incluído na Ordem do Dia, como no caso desse. Basta ver o projeto de aumento dos servidores públicos do Estado do Paraná, que tem regime de urgência aprovado. É um projeto polêmico, tem emendas em dois sentidos e nós estamos procurando a nível de Comissão de Justiça e a nível de Lideranças encontrar um ponto de entendimento para votar esse projeto.

Não dissemos que não estará na Ordem do Dia. A nossa determinação é esta e nós temos informações e inclusive gostaria de saber do Presidente, que o Presidente da CCJ, e esta informação nos foi passada pelo Deputado Élio Rusch, que teria devolvido o projeto à Mesa com recomendações à Presidência e temos que ouvir a Comissão de Constituição e Justiça, se nas suas recomendações, poderemos não acatá-las, mas temos que conhecer dessas recomendações, porque isto sempre foi exigência do Plenário no que diz respeito aos Pareceres e ao posicionamento da Comissão de Justiça.

Aguardamos do Presidente Hermas que nos informe se o projeto está na Mesa, se há essas considerações, se não, que o anuncie para segunda-feira e vamos na reu-

não de Lideranças decidir o que fazer.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Gostaria de pedir a V.Exa. se o Projeto está na Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Não, não está na Mesa. Nós iríamos informar aos Srs. Deputados. O Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Erondy Silvério não devolveu ainda para a Mesa Executiva.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Então, só queria argumentar aqui, Sr. Presidente, de que nós gostaríamos que novamente, a hora que venha esse projeto para a Casa, de que o Regimento da Casa fosse cumprido. Não acredito que um Prefeito do Paraná, com todo respeito que tenho pelo Prefeito Dobrandino, que um Prefeito venha aqui, pressione esta Casa, e faça com que o Presidente desta Casa passe por cima do Regimento Interno. É algo estranho, é difícil um Deputado que trabalhou por mais de um mês em cima desse projeto aceitar essa explicação de que Prefeitos têm o poder de mudar o Regimento desta Casa.

Quero deixar um alerta aqui aos Senhores Deputados: a mesma força de que na votação anterior está novamente dentro desta Casa, é uma força estranha de que esse Deputado aqui não vai aceitar.

Prezados Srs. Deputados e amigos Parlamentares. No encerramento do ano Legislativo não é possível que novamente isto venha acontecer nesta Casa. Sempre tive um profundo respeito pelo Presidente Orlando Pessuti, mas essa explicação não é convincente. E volto a reafirmar que não podemos aceitar essa atitude. Gostaríamos que o Presidente revisse a sua posição e colocasse o nosso projeto na Ordem do Dia de segunda-feira conforme foi combinado, aí sim, com mais de cinquenta Prefeitos do Paraná.

O SR. ÉLIO RUSCH (Pela Ordem) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, estimado Presidente Orlando Pessuti.

Entendo que o Poder Legislativo é exatamente a Casa aonde se discute e aonde se pratica acima de tudo a democracia; e o direito da expressão e o direito da negociação. Esse Projeto 390/94 que regulamenta a distribuição do ICMS gerado pelas Usinas Hidrelétricas que altera o dispositivo da Lei 8933, visa exatamente corrigir uma injustiça. Esse projeto foi apresentado em 1992, Srs. Deputados, e é bom que se diga isso, na época o Presidente era o Anibal Khury, o Orlando Pessuti era Líder do Governo aqui na Assembleia Legislativa, o Deputado Renato Adur era o Líder do PMDB na Assembleia Legislativa. Foi feito um

acordo em dezembro de 92 para que o projeto voltasse em 93 e a Bancada do PMDB, a Bancada do Governo votariam a favor desse Projeto. E para a tristeza de sessenta municípios do Estado do Paraná, o projeto de 26 de abril de 1993 foi rejeitado pelo rol compressor do PMDB.

E vamos mais além, Presidente Orlando Pessuti. Na semana passada, Presidente, os Prefeitos interessados nesse Projeto estiveram em seu gabinete, quando a V.Exa. assumiu o compromisso com este Parlamentar, com Valdir Rossoni, com Cezar Silvestri e outros Deputados que estavam em seu gabinete e subscreveram também o projeto; e sugerimos a V.Exa. que nós iríamos pedir Regime de Urgência e V.Exa. assumiu o compromisso com os Deputados com os Prefeitos. O senhor assumiu um compromisso com um cidadão lá fora, Sr. Presidente, o senhor assumiu compromisso com Deputados desse Poder, Orlando Pessuti, que foi de incluir o projeto na pauta da sessão de segunda-feira. Não foi incluído na pauta na segunda, mas sim terça, quarta e hoje. O Senhor cumpriu com aquilo que o Senhor havia afirmado, e havia concordado conosco. Mas o Senhor também pediu, Presidente Orlando Pessuti, que esse projeto passasse nas três Sessões na pauta, o Senhor ia incluir o projeto na primeira sessão em seguida, que seria segunda-feira, dia 12. Esse acordo foi feito com V.Exa. e com os Deputados que subscreveram o projeto, e nos estranha muito, agora Presidente Orlando Pessuti, que V.Exa. não quer incluir o projeto na segunda-feira, não quer cumprir o Regimento Interno, ele está claro, quando o projeto está em Regime de Urgência, as Comissões têm o prazo de 48 horas, expirado o prazo de 48 horas para as Comissões, o projeto tem que figurar na pauta, e o projeto figurou na pauta. E nós pedimos agora que ele seja cumprido, o Regimento Interno, que o projeto entre na Ordem do Dia. Este é um projeto de interesse de mais de 60 municípios do Estado do Paraná, é isso que nós pedimos, Senhor Presidente Orlando Pessuti!

Temos a maior estima por V.Exa., nós respeitamos V.Exa. como Parlamentar e, acima de tudo, como Presidente desta Casa, por causa disso nós pedimos!

Pedimos agora, encarecidamente ao Deputado Hermas Brandão, que é Presidente desta Sessão, por favor, cumpra exatamente os dispositivos regimentais, anuncie o projeto para a Ordem do Dia de segunda-feira, e aí sim, pela manhã vamos discutir o projeto na reunião de lideranças.

Se a maioria dos Deputados assim entender, ainda temos a faculdade de apresentação de um requerimento para a retirada do projeto da pauta. Por que não pode ser feito isso? Foi feito tantas vezes!

Agora nos causa estranheza quando Deputados de todos os Partidos, Waldir Rossoni do PDT, é o líder, foi indicado pelo PDT para subscrever, Cezar Silvestri, pelo PSDB, subscreveu o projeto, o Deputado líder do PP, Nilton Barbosa, o Deputado Ovídio Constantino, a nossa pessoa, indicada pelo PFL, subscrevemos o projeto, mais os Deputados Duílio Genari, Plauto Miró, são 6 partidos que assinam o projeto, e ele foi aprovado em Regime de Urgência, passou na Pauta. Ninguém requereu a retirada do Regime de Urgência, por que é que não pode ser incluído na Sessão de segunda-feira?

Nós pedimos que sejam cumpridos os dispositivos regimentais desta Casa! Por favor, Deputado Hermas Brandão, faça justiça com os Deputados dessa Casa, vamos incluir o Projeto na Ordem do Dia de segunda-feira, para que a Plenária decida! E ainda existe o recurso de apresentação de requerimento de retirada do Projeto, na 2.^a feira, pelo Deputado Pessuti ou Renato Adur, ou José Tavares, ou sei lá quem. Mas vamos dar esta liberdade, vamos cumprir com os acordos. Entendo que acordos são feitos para serem cumpridos, e não para serem rompidos, é isso que nos ensina a democracia, é isso que nos ensina o Parlamento! Se assim não for, amanhã ou depois não temos mais crédito para negociar com ninguém! Entendo que nós estamos negociando, que nós falamos entre Deputados, Deputados sérios, que devem cumprir as suas decisões!

Por favor Deputado Hermas Brandão, imploro, anuncie o projeto para segunda-feira! E Deputado Orlando Pessuti, pelo maior respeito e estima que tenho por V.Exa., mas vamos cumprir exatamente o que foi determinado!

Muito obrigado.

O SR. WALDIR ROSSONI - Senhor Presidente, Gostaria de ter o posicionamento de V.Exa. quanto a questão deste Projeto. V.Exa. está exercendo o cargo de Presidente e eu gostaria de ter o posicionamento de V.Exa. se este Projeto estará na Ordem do Dia de segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Informo aos Senhores que deixamos de anunciar o projeto de V.Exas., pois não o temos aqui na mesa, e o Presidente da Casa, Orlando Pessuti, convocou as lideranças para uma reunião segunda-feira pela manhã.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 12, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n.º 050/94.

Curitiba, quinta, em 08.12.94

Pág. 15

- REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 327/91 e 468/93 e do Projeto de Resolução n° 001/94.
- 2.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 053, 225, 329, 362, 371, 395, 396, 410, 419 e 420/94.
- 3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 050/94.

Levanta-se a sessão.